

Unidade ficará sediada nas instalações do IASAÚDE. Esta semana, técnicos do Infarmed estão na Região a dar formação

Está tudo pronto para que a Unidade de Farmacovigilância da Região Autónoma da Madeira entre em funcionamento no próximo mês de Julho. Durante esta semana, e até à próxima sexta-feira, dia 28 de Junho, elementos do Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde estão na Região para dar formação no sistema aos elementos que trabalharão de e para a unidade, sendo que o protocolo oficial entre as entidades será assinado em meados do próximo mês.

A nova unidade, que vai ser responsável por receber as notificações aos chamados efeitos secundários (reações adversas) dos medicamentos vai ficar sediada nas instalações do Instituto de Administração da Saúde (IASAÚDE), na Rua das Pretas (Funchal).

Herberto Jesus, presidente do Conselho Executivo do IASAÚDE, diz ao DIÁRIO que a entrada em funcionamento da Unidade de Farmacovigilância da Região é um “marco histórico para a Madeira”. “Foi um processo longo e complexo”, diz o responsável, recordando que a criação desta unidade foi anunciada no ano passado, no âmbito de um acordo e contratualização de serviços en-

tre a Região (IASAÚDE) e o Infarmed.

Mas não é apenas a disponibilização do novo espaço que é vista como um “marco histórico” para Herberto Jesus. O responsável explica que com a Unidade de Farmacovigilância a Região, e neste caso, as entidades responsáveis pela Saúde Pública e gestão do medicamento, terão possibilidade de controlar todo o ciclo do medicamento: da prescrição aos efeitos.

“Se assumirmos que, por dia, nas farmácias comunitárias, são aviadas, mediante prescrição médica, cerca de 30 mil embalagens de medicamentos. Se assumirmos que essas embalagens de medicamentos têm as suas propriedades mas que por idiosincrasias ou outro mecanismo podem ter efeitos acessórios, então é extremamente importante saber o que se passa na Região”, diz o presidente do Conselho Executivo do IASAÚDE, acrescentando que só se poderá saber estes dados através das notificações do portal das reações adversas, uma notificação que pode ser feita pelos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos), mas também pelos próprios cidadãos.

ta pelos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos), mas também pelos próprios cidadãos.

“Ou seja, quer os profissionais de saúde, quer os cidadãos comuns, são os vectores do sucesso deste empreendimento, porque quanto mais forem as notificações e mais forem validadas, mais podemos controlar todo o ciclo do medicamento”, acrescenta.

Herberto Jesus salienta que ter conhecimento de todo o ciclo do

medicamento é algo de grande importância, pois é uma das formas que existem para garantir a segurança e a qualidade dos cuidados de saúde, “porque só assim saberei se o fármaco x, y ou z poderá ter efeitos adversos”.

As várias notificações, depois de validadas, passam a fazer parte de uma plataforma central, uma base de dados sobre reações adversas (o chamado Portal RAM que está acessível a todos através do site do Infarmed) que é partilhada também com a Agência Europeia do Medicamento (EMA) e mesmo com a Organização Mundial de Saúde. A título de curiosidade, refira-se que o número de notificações tem vindo a aumentar sobretudo nos últimos anos, sendo que, em 2018, atingiu o total de 10.819, sobretudo provenientes da indústria farmacêutica.

Com os dados compilados nessa plataforma podem ser feitas recomendações à indústria farmacêutica ou obrigar mesmo a sejam feitas alterações do RCM (Resumo das Características do Medicamento). “Isto é processo de qualidade e segurança extremamente importante, porque permite uma percepção real do que está a acontecer”, afirma.

Daí que sublinhe a importância de todos participarem neste processo de qualidade dos cuidados de saúde, sejam profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, farmacêuticos hospitalares e das farmácias comunitárias), mas também os cidadãos.

“É necessária uma participação cada vez maior do cidadão como gestor da sua saúde e doença. O cidadão tem de estar envolvido no processo, tem de ser responsável e colaborar, e não apenas exigir”, acrescenta.

Para que este processo decorra como o pretendido, Herberto Jesus garante que o IASAÚDE está disponível para responder a todas as dúvidas e dar a formação necessária aos vários sectores e intervenientes, por forma a estimular a participação de todos, sejam eles do sistema público, sejam do privado. “A Saúde é um sistema único”, diz. “Todos os indicadores de qualidade têm de ser transversais”.



Mais 4 milhões em remédios

A Região está a gastar mais com as comparticipações dos medicamentos que são aviados nas farmácias da comunidade. Os dados mais recentes do Instituto de Administração da Saúde (IASAÚDE), demonstram que a factura mensal atinge já os 3,3 milhões de euros. Assim, se até ao ano passado, se despendia cerca de 36 milhões de euros com as comparticipações nas farmácias da comunidade, este ano, o IASAÚDE prevê gastar à volta de 40 milhões de euros.

O presidente do Conselho Directivo daquela entidade, Herberto Jesus, admite mesmo que a factura anual possa mesmo ser superior a 40 milhões, visto que, além do aumento que está relacionado com as novas regras da ADSE, a Região passará a assumir as comparticipações dos medicamentos no âmbito do subsistema de saú-

de da Polícia de Segurança Pública, como o DIÁRIO já noticiou e cujo acordo está já a ser ultimado. Com essa assunção de custos, os gastos poderão vir a aumentar ligeiramente, refere ainda o responsável

“A estimativa para este ano em termos de gastos com medicamentos, nas farmácias comunitárias e em termos da farmácia hospitalar, ronda os 75 milhões de euros”, disse ainda Herberto Jesus.

No âmbito do mercado do medicamento, o presidente do Conselho Directivo do IASAÚDE refere ainda que, dentro do ambulatório há uma faixa importante dos fármacos que é a dos genéricos. Actualmente, a quota de mercado da Região neste âmbito é de 40%, um valor que se tem mantido estável nos últimos anos.

In “Diário de Notícias”